



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **RESOLUÇÃO N. 30, DE 27 DE SETEMBRO DE 2012**

**O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000, e tendo em vista o decidido na sessão do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o relatório de gestão fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2012 na forma do Anexo, bem como autorizar sua publicação na imprensa oficial e disponibilização na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO DE 2011 A AGOSTO DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)			R\$ mil
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL	(c) = (a) + (b)
		(a)	(b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		711.610	12.868		724.478
Pessoal Ativo		484.511	8.233		492.744
Pessoal Inativo e Pensionistas		227.099	4.635		231.734
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)		0	0		0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)		218.607	11.646		230.253
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0	0		0
Decorrentes de Decisão Judicial		283	0		283
Despesas de Exercícios Anteriores		23.535	11.646		35.181
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		194.789	0		194.789
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		493.003	1.222		494.225
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					600.187.795
% do DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV) x 100		0,08 2141 %	0,0002 04 %		0,08 2345 %
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,224226%			1,3 4 5,777
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)		0,213015%			1,278.488

FONTE: SIAFI

Notas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Conforme recomendação constante do Acórdão nº 894/2012 - TCU, de 12/04/2012 e orientação do Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 02/07/2012, não foram computados, para as despesas referentes a 2012, os benefícios não previdenciários de auxílio-natalidade e auxílio-funeral, permanecendo inalterada a metodologia para as despesas referentes a 2011.

MAURICIO ANTONIO DO AMARAL CARVALHO  
Diretor-Geral

ANTONIO CARLOS ELTETO DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

ÂNGELA MERCE TEIXEIRA NEVES  
Secretária de Controle Interno